

Áreas públicas

Em Brasília a ocupação de áreas públicas por particulares proliferou de tal modo que o problema não mais se restringe ao Plano Piloto. Alastra-se por todo o Distrito Federal — do Lago Sul às cidades-satélites.

Desde o discreto princípio desse fenômeno brasileiro, a imprensa da capital da República tem alertado as autoridades e a população sobre os inconvenientes de uma apropriação prejudicial aos interesses da coletividade como um todo.

Primeiro foi no Lago Sul, mediante uma plena incorporação das chamadas áreas verdes ao patrimônio particular. Depois, o comércio local das superquadras passou a adotar idêntico procedimento com referência a espaços públicos. E agora, Taguatinga, Ceilândia e outros núcleos urbanos contemplam a proliferação quase que indiscriminada de semelhante iniciativa.

É, portanto, mais que hora de as autoridades do DF tomarem uma atitude firme e ao mesmo tempo ponderada relativamente à questão. Exatamente na linha das preocupações do Executivo, refletidas na análise do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambien-

te (Cauma) e do Legislativo, que na próxima segunda-feira já ouvirá minuciosa explanação do secretário de Desenvolvimento Urbano, Newton de Castro.

Sem dúvida, constitui dado animador o comportamento do GDF e da Câmara Legislativa diante de uma realidade que clama por providências. Não se deve permitir que a situação se agrave, quando se sabe existir até um quadro de animosidade resultante de tais avanços irregulares, como o caso de vizinhos em guerra por causa da colocação de grades laterais em casas nas quadras 700 da Asa Sul.

Muitos são os exemplos apontados rotineiramente por este jornal de ocupações as mais diversas de áreas destinadas ao domínio público. Hoje em dia chega-se a cercar blocos de apartamentos em várias superquadras, dificultando a movimentação de todo mundo.

Tem, assim inteira razão o governador Joaquim Roriz para estar preocupado com a onda de invasões na cidade. Tanto que acaba de determinar ao secretário de Desenvolvimento Urbano a máxima agilidade na solução do problema. E é exatamente o que Brasília e seus moradores querem.